Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2018 e 2017

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
1 - Contexto operacional	15
2 - Base de preparação e principais políticas contábeis	16
3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos	19
4 - Principais políticas contábeis	20
5 - Caixa e equivalentes de caixa	29
6 - Contas a receber	30
7 - Partes relacionadas	30
8 - Estoques	31
9 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar	31
10 - Sinistros a recuperar e demais ativos	32
11 - Despesas com dragagem pagas antecipadamente	32
12 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais	33
13 - Imobilizado	
14 - Intangível	35
15 - Fornecedores e contas a pagar	
16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures	37
17 - Tributos a recolher, tributos a recolher sobre o lucro	
18 - Obrigações sociais e trabalhistas	
19 - Demais passivos	40
20 - Dividendos a pagar	
21 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	41
22 - Patrimônio líquido	
23 - Receita líquida de serviços prestados	43
24 - Custos dos serviços prestados	44
25 - Receitas (despesas) operacionais	44
26 - Resultado financeiro	
27 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	
28 - Informação por segmento de negócios	
29 - Benefícios a empregados	48
30 - Instrumentos financeiros	50
Administração — Conselheiros e Diretores	55

Relatório da Administração

A Administração da Ultrafértil S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Administração.

1. Síntese do Resultado 2018

- A Receita líquida da Ultrafértil fechou o ano de 2018 em R\$ 383 milhões, um aumento de 51,9% em relação ao ano anterior.
- Prejuízo de R\$ 33 milhões em 2018, comparado ao lucro de R\$ 11 milhões em 2017, impactado pelo aumento na depreciação e despesas financeiras.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 135 milhões, 5,9% abaixo do ano anterior.
- Faturamento na Ultrafértil de 9.617 mil de TU, 30,7% a mais que o ano anterior.

A Ultrafértil obteve um crescimento de volume em relação à 2017 de 31% e 51,9% na receita líquida. Esse ganho foi impulsionado pelos projetos de expansão e melhorias que possibilitaram maior movimentação de fertilizante e grãos, além de ganhos de eficiência operacional. O resultado de EBITDA foi menor que o do que o de 2017 em função da apropriação dos gastos com Dragagem do canal de Piaçaguera. O Lucro líquido foi impactado no período pelo aumento na depreciação de ativos e das despesas financeiras resultantes dos investimentos para expansão do terminal. A empresa tem ativos estabelecidos para atendimento a novos patamares de volume que impulsionarão os resultados nos próximos anos.

2. Investimentos

Em 2018, a Ultrafértil investiu R\$ 109 milhões. Os recursos foram alocados principalmente na expansão da capacidade, melhorias e na manutenção dos ativos operacionais.

3. Auditores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras.

Belo Horizonte, 8 de março de 2019.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Ultrafértil S.A. Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ultrafértil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ultrafértil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação



de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos imobilizados

Veja a nota 1 às demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras incluem imobilizado no valor de R\$ 2.724.123 mil. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo e prejuízo durante o exercício e dada a existência desses indicadores ("triggers") de que os ativos possam estar desvalorizados, a Companhia efetuou a análise sobre a redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de geração de caixa das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados a preparação e revisão do plano de negócios, dos orçamentos e das análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores. Avaliamos também a análise de sensibilidade em torno da taxa de crescimento de despesas e variação do capital de giro e taxa de descontos. Adicionalmente, consideramos se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras consideram todos os aspectos relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor dos ativos imobilizados e intangíveis e respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento do ativo imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em



nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 08 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira Contador CRC MG₇058176/0-0

Balanço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante	-	40.550	04 505
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber	5 6	49.550 30.472	21.535 26.413
Estoques	8	11.763	9.366
Tributos a recuperar	9	10.726	4.025
Tributos antecipados sobre o lucro	9	-	335
Sinistros a recuperar	10	338	338
Despesas com dragagem pagas antecipadamente	11	24.400	20.072
Demais ativos	10 _	1.389	1.338
Total do ativo circulante	_	128.638	83.422
Não circulante			
Tributos a recuperar	9	11.456	1.538
Despesas com dragagem pagas antecipadamente	11	141.602	117.086
Depósitos judiciais	12	560	68
Demais ativos	10	2.113	23.312
Tributos diferidos sobre o lucro	27(a)	36.231	2.396
Imobilizado	13	2.724.123	2.708.002
Intangível	14 _	325.966	316.031
Total do ativo não circulante	_	3.242.051	3.168.433
Total do ativo	_	3.370.689	3.251.855
Passivo e patrimônio liquido			
Circulante			
Fornecedores	15	54.127	39.684
Contas a pagar	15	5.577	21.050
Empréstimos e financiamentos	16	103.013	94.714
Debêntures	16	13.765	10.872
Tributos a recolher	17	4.279	3.894
Tributos a recolher sobre o lucro	17	=	2.211
Obrigações sociais e trabalhistas	18	8.248	8.461
Receitas diferidas		25	-
Dividendos a pagar	20	11.022	11.022
Demais passivos	19 _	553	7.154
Total passivo circulante	_	200.609	199.062
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	1.073.629	1.165.935
Debêntures	16	282.030	111.379
Benefícios a empregados	29.1 e 29.2	26.664	2.323
Provisão para processos judiciais Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	12 21	92 90.000	-
Receitas diferidas	21	90.000	-
Tributos diferidos sobre o lucro	26(a)		15.685
Total do passivo não circulante		1.472.508	1.295.322
	_		
Patrimônio líquido	22	4 004 004	4 004 004
Capital social		1.221.921	1.221.921 29.389
Ajustes de avaliação patrimonial Reserva de capital		(1.440)	29.369 315.962
Reservas de lucros		315.962 161.129	190.199
	_		
Total do patrimônio líquido	_	1.697.572	1.757.471
Total do passivo e patrimônio líquido	_	3.370.689	3.251.855

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de serviços prestados	23	382.953	252.072
Custo dos serviços prestados	24	(334.484)	(218.823)
Lucro bruto		48.469	33.249
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	25(a)	(13.547)	(7.396)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	25(b)	11.425	49.520
Perdas líquidas sobre ativos financeiros e de contratos		(59)	(24)
		(2.181)	42.100
Lucro operacional antes do resultado financeiro		46.288	75.349
Resultado financeiro	26	(129.097)	(59.617)
Receitas financeiras		5.711	3.938
Despesas financeiras		(129.318)	(66.637)
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial		(5.490)	3.082
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(82.809)	15.732
Imposto de renda e contribuição social	27(b)		
Tributos correntes	. ,	-	(8.014)
Tributos diferidos		49.520	2.807
		49.520	(5.207)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(33.289)	10.525
Lucro (prejuízo) líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	22(d)	(0,84)	3,05

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(33.289)	10.525
Outros componentes do resultado abrangente Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 29)	(26.610)	
Total do resultado abrangente do exercício	(59.899)	10.525

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

			Rese	rvas de lucros			_	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de expansão	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2017	1.011.921	-	152.569	10.031	21.611	33.910	-	1.230.042
Resultado abrangente do exercício Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	10.525	10.525
Outros resultados abrangentes Realização de <i>deemed cost</i> (Nota 22(d))		<u>-</u>	<u> </u>	<u>-</u>	<u>-</u>	(4.521)	4.521	_
Total do resultado abrangente do exercício	<u> </u>		<u> </u>		<u> </u>	(4.521)	15.046	10.525
Aumento de capital (Nota 22(a)) Contribuição e distribuição aos acionistas	210.000	-	-	-	-	-	-	210.000
Constituição de reservas	-	-	12.020	526	-	-	(12.546)	-
Dividendos adicionais (Nota 22(c))	-	-	(11.105)			-	(0.500)	(11.105)
Dividendos propostos (Nota 22(c)) Reversão dividendos propostos em 2016 (Nota 22(c))	-		- 12.553	-		_	(2.500)	(2.500) 12.553
Distribuição dividendos (Nota 22(c))	-	-	12.555	<u>-</u>	(8.006)	-	-	(8.006)
Reversão dividendos adicionais (Nota 22(c))	-	-	13.605	-	(13.605)	-	-	-
Ágio na incorporação da TUF		315.962	<u> </u>		<u>-</u>	<u>-</u>		315.962
Em 31 de dezembro de 2017	1.221.921	315.962	179.642	10.557	<u> </u>	29.389	<u> </u>	1.757.471
Em 1º de janeiro de 2018 Resultado abrangente do exercício	1.221.921	315.962	179.642	10.557	-	29.389	-	1.757.471
Prejuízo do exercício Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(33.289)	(33.289)
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 29) Realização de <i>deemed cost</i> (Nota 22(d))	<u>-</u>	<u>-</u>	<u> </u>	<u>-</u> <u>-</u>	<u>-</u>	(26.610) (4.219)	4.219	(26.610)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>-</u>	<u>-</u> _	<u> </u>	<u>-</u>	(30.829)	(29.070)	(59.899)
Absorção de prejuízos com reservas		<u>-</u>	(29.070)	<u>-</u>	<u> </u>		29.070	_
Em 31 de dezembro de 2018	1.221.921	315.962	150.572	10.557	<u> </u>	(1.440)	<u> </u>	1.697.572

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) do exercício		(33.289)	10.525
Eddio (prejuizo) do exercicio		(33.209)	10.525
Ajustes de Depreciação e amortização	24 e 25	89.058	68.446
Provisões para perdas e processos judiciais	24 e 25	159	(1.791)
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial	26	5.490	(3.082)
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível		(4)	-
Despesa com benefícios a empregados		(1.883)	906
Receitas diferidas	00	(8)	-
Despesas financeiras - juros sobre empréstimos Despesas financeiras – custos de transação	26 26	127.561 1.056	65.135
Amortização de despesas de dragagem pagas antecipadamente	20	15.753	_
Tributos diferidos sobre o lucro	27(b)	(49.520)	(2.807)
Ganho com permuta de ativos	25(b)	(9.859)	-
		144.514	137.332
Variações nos ativos e passivos	-		
Contas a receber		(3.948)	(14.766)
Estoques		(2.397)	(4.452)
Tributos a recuperar Tributos antecipados sobre o lucro		(16.549) 28.205	13.932
Despesas pagas antecipadamente		(44.597)	- -
Depósitos judiciais		(483)	(68)
Sinistros a recuperar		· ,	20.845
Demais ativos		22.109	(96.868)
Fornecedores		15.689	(15.881)
Contas a pagar Tributos a recolher		(15.474) 384	21.050 2.262
Tributos a recolher sobre o lucro		(2.211)	(4.491)
Benefícios a empregados		(387)	(1.101)
Obrigações sociais e trabalhistas		(213)	4.453
Demais passivos	-	(8.540)	(20.296)
Caixa líquido gerados pelas operações	-	116.102	43.052
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(27.870)	(10.971)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>-</u>	88.232	32.081
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Compra de ativo imobilizado e intangível	13 e 14	(109.218)	(224.759)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	_	(109.218)	(224.759)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos com instituições financeiras	16.1	175.000	13.614
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	16.1 16.1	(101.174) (114.825)	(45.155) (54.412)
Adiantamento para aumento de capital	10.1	90.000	210.000
Dividendos pagos	-		(10.590)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	49.001	113.457
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		28.015	(79.221)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	21.535	100.756
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	49.550	21.535
•			

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Vendas brutas de serviços	422.060	278.977
Outras receitas	13.278	55.983
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão / constituição	(59)	(24)
	435.279	334.936
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(30.289)	(28.216)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(200.225)	(100.145)
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	(92)	-
Outros	(7.233)	(3.989)
	(237.839)	(132.350)
Valor adicionado bruto	197.440	202.586
Depreciação e amortização	(89.058)	(68.446)
Valor adicionado líquido produzido	108.382	134.140
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	9.364	7.020
	9.364	7.020
Valor adicionado total a distribuir	117.746	141.160
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	32.009	36.786
Impostos, taxas e contribuições	(19.167)	27.406
Remuneração de capitais de terceiros	138.193	66.443
Remuneração de capital próprio	(33.289)	10.525
Valor adicionado distribuído	117.746	141.160

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A Ultrafértil S.A. ("Ultrafértil" ou "Companhia") é uma Companhia que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiro destinados ou provenientes de transporte aquaviário e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com sede no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais, as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia apresentou prejuízo e possui no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 capital circulante líquido negativo. Os resultados derivam do atraso no *rump-up* das operações do terminal portuário – "TIPLAM", devido as operações de expansão do canal de atracação de navios. Não obstante, a Companhia permanece focada na manutenção de sua estratégia e possui projeções de lucros nos próximos anos, como pode ser observado na Nota 27 (Imposto de renda e contribuição social), na projeção de realização do prejuízo fiscal e base negativa. As projeções de lucro para os exercícios seguintes sustentam a conclusão da Administração quanto a não existência de incertezas sobre a sua capacidade de continuidade operacional.

Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para Companhias em continuidade operacional.

Incorporação reversa - TUF Empreendimentos e Participações S.A

A partir de 29 de dezembro de 2017, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da TUF Empreendimentos e Participações S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a Ultrafértil S.A., que passou a suceder a TUF em todos os seus direitos e obrigações sem qualquer solução de continuidade.

As acionistas da incorporada, em substituição às ações por elas detidas na TUF Empreendimentos e Participações S.A., receberam novas ações na mesma proporção das respectivas participações na incorporada. A relação de substituição de ações da Ultrafértil S.A. será de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para cada ação ordinária nominativa e sem valor nominal da incorporada, conforme premissas detalhadas no Protocolo de Incorporação, e mantidas as atuais proporções de participação no capital social.

A incorporação faz parte de um processo de reorganização societária e de negócios envolvendo o grupo econômico da Incorporada e da Incorporadora, que tem como finalidade:

- (i) Adequar a estrutura jurídica que envolve a gestão e a operação do TIPLAM à atual realidade, aproximando as atividades da Incorporadora à *holding* que a controla indiretamente, a VLI S.A.;
- (ii) racionalizar a estrutura jurídica com a eliminação dos processos e órgãos em duplicidade (diretoria, comitês, conselho de administração e assembleia), o que representará eficiência administrativa e operacional para a Incorporadora e para seu grupo econômico, com a consequente redução e otimização de custos e despesas, e racionalização de seus processos, inclusive em relação à elaboração e arquivamento de atos societários, contratação de despachantes e publicações de atos e demonstrações financeiras; e
- (iii) consolidar em uma única sociedade os recursos empresariais e patrimônios das Sociedades, permitindo, assim, uma melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa das empresas, e, via de consequência, trazendo maiores benefícios para as atividades sócias desempenhadas.

A Ultrafértil S.A. incorporou o acervo patrimonial da TUF Empreendimentos e Participações S.A., a valor contábil. Essa reestruturação societária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de dezembro de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos líquidos – Patrimônio líquido	Parcela da Incorporação
Ativo incorporados	1.689.056
Passivo assumidos	(139.803)
	1.549.253

Balanço Patrimonial da TUF Empreendimentos e Participações S.A. - Base Incorporação

	31/10/2017
Ativo	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	140.000
Participação societária	1.233.094
Ágio	315.962
Total do ativo não circulante	1.689.056
Total do ativo	1.689.056
Passivo e patrimônio liquido	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	139.803
Total do passivo não circulante	139.803
Patrimônio líquido	
Capital social	1.453.366
Ajuste de avaliação patrimonial	3.102
Reservas de lucros	102.454
Prejuízos acumulados	(9.669)
Total do patrimônio líquido	1.549.253
Total do passivo e patrimônio líquido	1.689.056

2 - Base de preparação e principais políticas contábeis

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 8 de março de 2019, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, após validação de seu Conselho da Administração.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Leases (Arrendamentos)"

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – "Operações de Arrendamento Mercantil" e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – "Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil".

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas aos antigos contratos de arrendamento serão alteradas. A IFRS 16 substituirá a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia não identificou impacto da transição para o CPC 06 / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019.

(ii) As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23 / ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa (alterações na IFRS 9);
- Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (Alterações no CPC 18 (R2) / IAS 28);
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 várias normas:
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 – "Receitas de Contratos com Clientes" (vide "i") e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vide "ii") a partir de 1º de janeiro de 2018. As demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

i. CPC 47 / IFRS 15 - "Receita de contrato com cliente"

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 – "Receitas", o CPC 17 / IAS 11 - "Contratos de Construção" e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A Companhia não identificou impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados e outros resultados abrangentes em 1º de janeiro de 2018.

ii. CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 – "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativo. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

	Classificação original – CPC 38 / IFRS 9	Nova classificação – CPC 48 / IFRS 9	Saldo em 31/12/2017 (inalterado)
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	21.535
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	26.413
Demais ativos e sinistros a recuperar	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	24.988
		=	72.936
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	39.684
Tomoccords	Outros passivos	Outros passivos	00.004
Contas a pagar	financeiros	financeiros	21.050
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros Outros passivos	Outros passivos financeiros Outros passivos	1.260.649
Debêntures	financeiros	financeiros	122.251
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	11.022
		=	1.454.656

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

A Companhia mensura a perda de crédito esperada de modo que reflita entre outras as condições atuais e previsões de condições econômica futuras. Desse modo, através da análise histórica que considera agrupamentos apropriados de acordo com a experiência de perda de crédito histórica, calcula-se o fator de probabilidade de perda que é ajustado por coeficiente de sensibilização futura atrelado a indicadores macroeconômicos. Os fatores ponderados pelo coeficiente de expectativa futura são alocados por faixa de vencimento dos recebimentos vencidos e a vencer que variam de 30 a 150 dias na data-base de divulgação das demonstrações financeiras.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(d) Ativos financeiros

Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opcão de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido,no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
- Valor justo por meio do resultado.

(e) Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de multas ou indenizações, recebíveis com partes relacionadas; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(f) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(g) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Instalações auxiliares e sistemas operacionais	10 a 41
Equipamentos autônomos	16
Veículos	5
Equipamentos e aplicativos de informática	5
Vias permanentes	23
Outros ativos	10 a 15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

Os juros e custos de transação referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures, relacionados ao projeto de expansão, foram apropriados no ativo imobilizado.

(i) Intangível

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Equipamentos e aplicativos de informática 7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(j) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(I) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(m) Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

(n) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levandose em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(o) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia, é patrocinadora dos planos Petros Ultrafértil, que está estruturado na modalidade de benefício definido e adicionalmente, plano de assistência médica Ultrafértil garantido pela Resolução RN Nº 279/11 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que garantem aos empregados demitidos e beneficiários a permanência no plano vitaliciamente, ou se a contribuição for inferior a dez anos, cada ano de serviço prestado dará direito a um ano de permanência no plano, o passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados. Estes planos encontram-se bloqueado a novas adesões de participantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia também é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 – Benefícios a Empregados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia VLI. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

Incentivos de longo prazo

O programa de Incentivos de longo prazo consiste na adesão dos executivos da Companhia, através de depósitos bancários em conta corrente específica da Companhia, que poderá dispor dos valores para execução do plano de negócios. A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a Unidade de Valor VLI (UVV).

O programa tem duração de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais um período de 3 anos.

A transação será realizada por meio de uma conta corrente da Companhia, que poderá dispor destes valores para execução do seu plano de negócios.

A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a UVV (para compra e para a Venda: *valuation* em 31 de dezembro do ano anterior).

Após o prazo estabelecido do programa, três anos, o executivo ainda terá direito a receber o equivalente ao *Matching*.

(u) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis, todas sem valor nominal. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(v) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: (i) quando a Companhia cumpre com a as obrigações de desempenho; (ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(w) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(x) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 27, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(y) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA") de acordo com os pronunciamentos do CPC 09 e práticas internacionais pelo IFRS, que são apresentados como informação suplementar.

(y) Fluxo de caixa

A transação que não afetou caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 diz respeito aos os ganhos de R\$ 9.859 oriundo de transação de permuta de ativos.

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão representadas pela capitalização de juros no imobilizado no montante de R\$ 63.518 e pela incorporação de juros no principal da dívida (FINEM) no montante de R\$ 74.754.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	328	5.018
Aplicações financeiras (i)	49.222	16.517
	<u> </u>	
	49.550	21.535

(i) Aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 100,12% em 31 de dezembro de 2018 e 92,22% em 31 de dezembro de 2017 do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	16.780	7.252
Contas a receber partes relacionadas	13.783	19.185
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	(91)	(24)
	30.472	26.413
A vencer	28.800	24.284
Vencidos até 3 meses	1.674	2.134
Vencidos de 3 a 6 meses	89	19
Contas a receber de clientes	30.563	26.437

7 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balanço Patrimonial	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Contas a receber (Nota 6)		
Coligada	13.783	19.185
	13.783	19.185
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 15)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	605	45
Coligada	82	121
Outras	9.698	99
	10.385	265
Passivo não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	90.000	
	90.000	
Demonstração do resultado	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		01/12/2011
Receita bruta de serviços prestados (i)		
Coligada	151.878	114.552
Oongada		114.002
	151.878	114.552
Custos e Despesas		
Custo dos serviços		
Outras	(13)	(4)
	(13)	(4)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2018	31/12/2017
Previdência Complementar		
Outras	(623)	(547)
	(623)	(547)
Despesas com compartilhamento de gastos (i)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(9.727)	(6.080)
Coligada	(3.088)	(1.422)
Outras		
	(12.815)	(7.502)
Receitas (Despesas) financeiras		
Coligada	127	<u>-</u>
	127	
	138.554	106.499

As análises de vencimentos de contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	13.657	19.040
Vencidos até 3 meses	126	144
Vencidos de 3 a 6 meses		1
	13.783	19.185

(i) A receita bruta de serviços prestados refere-se a operações de descarga de produtos. As despesas com compartilhamento de gastos representam os gastos com serviços prestados, envolvendo os processos transacionais de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), sem o respectivo reembolso.

8 - Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Peças e componentes de equipamentos e instalações	5.516	1.044
Combustíveis, lubrificantes e gases	545	514
Materiais de expediente e outros	2.976	6.264
Materiais elétricos e eletrônicos	2.102	1.544
Outros materiais	624	
	11.763	9.366

9 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Antecipação de IR e CS	_	335
Total – tributos antecipados sobre o lucro	<u> </u>	335

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
ICMS a recuperar	-	186
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.360	1.844
PIS e COFINS a compensar	6.221	1.292
INSS	334	-
Saldos de declaração - IR e CS	2.811	-
Outros	<u> </u>	703
	10.726	4.025
Não circulante		
PIS e COFINS a compensar	9.742	1.538
ISS	988	-
ICMS a recuperar	428	-
Outros	298	<u> </u>
	11.456	1.538
Total – tributos a recuperar	22.182	5.898

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

10 - Sinistros a recuperar e demais ativos

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Sinistros a recuperar (a)	338	338
Total sinistros a recuperar	338	338
Adiantamento a empregados	240	624
Incentivos fiscais	-	565
Adiantamento a fornecedores	808	-
Outras contas	341	149
Total demais ativos circulantes	1.389	1.338
Não circulante		
Incentivos fiscais	-	272
Adiantamento a empregados	-	287
Outras contas	2.113	22.753
Total demais ativos não circulantes	2.113	23.312

⁽a) Referem-se aos gastos da Companhia com acidentes ocorridos em seu terminal portuário.

11 - Despesas com dragagem pagas antecipadamente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas pagas antecipadamente no montante de R\$ 166.002 (2017 - R\$ 137.158) são referentes aos desembolsos devidos a dragagem do canal de Piaçaguera no terminal portuário do TIPLAM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

Saldos dos depósitos e processos judiciais:

		31/12/2018		31/12/2017
	Depósitos judiciais	Provisão para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisão para processos judiciais
Trabalhistas	560_	92	68	
	560	92	68	

Movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2017	Adição	Juros e atualização monetária	31/12/2018
Trabalhistas	68	483	9	560
	68	483	9	560

Na cisão parcial da Ultrafértil S.A., ocorrida em 1º de junho de 2012, as provisões de passivos contingentes foram vertidas pelos respectivos valores contábeis (à Mineração Naque S.A. e Araucária Nitrogenados S.A.).

Em agosto de 2013, quando da aquisição do controle da Ultrafértil S.A. pela TUF Empreendimentos e Participações S.A., ficou estabelecido que quaisquer contingências que tiverem como objeto de discussão o período de competência o qual a Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A.) detinha o controle, tais despesas serão reembolsáveis pela Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A.).

11.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 10.108 (2017 - R\$ 9.577), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	9.240	5.383
Cíveis Tributárias	34 756	64 4.059
Ambiental		71
	10.108	9.577

-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 - Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Instalações auxiliares e sistemas operacionais	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Valor de custo					_
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.613.364	1.260.666	123.014	-	2.997.044
Adições	-	16	109.106	-	109.122
Baixas	-	-	(3.963)	-	(3.963)
Transferências	53.670	33.041	(95.968)	9.257	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.667.034	1.293.723	132.189	9.257	3.102.203
Valor de depreciação					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(66.416)	(222.626)	-	-	(289.042)
Adições	(39.617)	(47.373)	<u> </u>	(2.048)	(89.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(106.033)	(269.999)		(2.048)	(378.080)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	1.546.948	1.038.040	123.014	<u> </u>	2.708.002
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	1.561.001	1.023.724	132.189	7.209	2.724.123

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja, se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- Plano de negócios até 2029;
- A partir de 2039, é considerada a renovação da permissão de operação do Tiplam;
- O fluxo de caixa foi perpetuado de 2029 até 2063.

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da Companhia foi de 6,87% e obtida através do custo médio ponderado de capital.

A Companhia concluiu não haver impairment a ser registrado em 31 de dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 - Intangível

	Direitos contratuais (a)	Softwares	Intangível em	Ágio (b)	Total
Valer de custa	Contratuais (a)	Soliwales	aquisição	Agio (b)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	315.962	670	=	=	316.632
Adições	-	-	9.955	=	9.955
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	(315.962)		(9.859)	325.821	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		670	96	325.821	326.587
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	(601)	-	-	(601)
Adições		(20)			(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u> </u>	(621)			(621)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	315.962	69	-	-	316.031
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	<u> </u>	49	96	325.821	325.966

- (a) Trata-se de contrato de adesão portuária da Ultrafértil. Quando da aquisição de investimentos, a Ultrafértil registrou em seu balanço patrimonial, um ágio em decorrência do custo de aquisição.
- (b) O ágio, reconhecido como custo de aquisição, foi constituído com base nos fundamentos econômicos de rentabilidade futura do terminal portuário TIPLAM e registrados por conta da incorporação reversa da TUF. Vide Nota 1.

A Companhia efetuou o teste de *impairment* para fins de realização do ágio conjuntamente com os ativos atrelados a unidade gerado de caixa do TIPLAM, não tendo sido identificados valores em *impairment*. As premissas podem ser observadas na Nota 13.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 - Fornecedores e contas a pagar

O saldo refere-se substancialmente a compra de serviços, combustíveis, materiais, destinados a operação e manutenção das instalações da Companhia.

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores - terceiros (a)	43.742	39.419
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 7)	10.385	265
	54.127	39.684
Contas a pagar (b)	5.577	21.050
	5.577	21.050
(a) Vide abertura abaixo:		
	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	43.737	39.414
Mercado externo	5_	5
	43.742	39.419

⁽b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras.

Até 31 de dezembro de 2018, as aquisições totalizavam R\$ 5.577 com prazo médio de pagamento de 90 dias (2017 – R\$ 21.050), sendo o último vencimento em 07/03/2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos Financeiros	31/12/2018	31/12/2017
Circulante FINEM Custo de Transação	TJLP + 2,12% a.a. a TJLP + 3,32% a.a.	104.077 (1.064)	95.651 (937)
ousio de Transação		103.013	94.714
Debêntures Custo de Transação	IPCA + 5,325% a.a. a IPCA + 9,06% a.a.	13.918 (153)	10.953 (81)
	_	13.765	10.872
Total Circulante	<u>-</u>	116.778	105.586
Não circulante FINEM Custo de Transação	TJLP + 2,12% a.a. a TJLP + 3,32% a.a.	1.081.963 (8.334)	1.174.212 (8.277)
	_	1.073.629	1.165.935
Debêntures Custo de Transação	IPCA + 5,325% a.a. a IPCA + 9,06% a.a.	283.375 (1.345)	112.085 (706)
	<u>-</u>	282.030	111.379
Total não circulante	_	1.355.659	1.277.314
	<u>_</u>	1.472.437	1.382.900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.1 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

					Adição			Amortização	
	31/12/2017	Principal	Juros apropriados (i)	Variação cambial	Custos de transação	Principal	Juros Pagos	Custos de transação	31/12/2018
Ultrafértil									
FINEM	1.269.863	-	102.323	3.871	-	(91.974)	(98.043)	-	1.186.040
Debêntures	123.038	175.000	25.237	-	-	(9.200)	(16.782)	=	297.293
Custos de Transação	(10.001)				(1.951)			1.056	(10.896)
	1.382.900	175.000	127.560	3.871	(1.951)	(101.174)	(114.825)	1.056	1.472.437

⁽i) Não houve capitalização de juros ou custos de transação em 2018 no ativo imobilizado. Em 2017, R\$ 63.194 e R\$ 324 foram alocados no ativo imobilizado a título de juros e custos de transação, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.2 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2018	31/12/2017
D :	440.400	100 117
Dois anos	118.162	109.447
Três anos	125.669	117.127
Quatro anos	134.061	125.681
Cinco anos	204.749	135.214
Acima de cinco anos	773.018	789.845
	1.355.659	1.277.314

16.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2018	Garantias
FINEM	1.186.040	Contrato de penhor de ações
Debêntures	116.854	Contrato de penhor de ações
	1.302.894	

Avais, fianças e cartas de crédito

A VLI S.A. é avalista de parte significativa do endividamento da Companhia.

No contexto das companhias pertencentes ao Grupo VLI, as cartas fianças contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos. As cartas de crédito estão relacionadas à pagamentos à fornecedores no exterior.

	31/12/2018	31/12/2017
Cartas fiança	145.808	391.262
Cartas de crédito	_	26.937
	145.808	418.199

A exposição das cartas de fiança na Companhia no exercício findo em 2018 monta em R\$ 1.348.

16.4 - Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía as seguintes linhas de crédito contratadas e não desembolsadas:

	Data da abertura	Prazo de utilização	Montante total	Montante disponível em 31/12/2018
Ultrafértil FINEM	Dezembro 2014	4,5 anos _	6.851	1.057
		=	6.851	1.057

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.5 - Covenants

A Companhia possui em alguns contratos de dívidas os seguintes covenants financeiros com obrigação de medição anual apurados através das demonstrações financeiras consolidadas da VLI S.A.:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;
- patrimônio líquido / ativo total.

Não foi identificado nenhum evento de não conformidade destes covenants em 31 de dezembro de 2018.

17 - Tributos a recolher, tributos a recolher sobre o lucro

104 352 159 3.657	7 392 1.771
352 159	392
159	
	1.771
3.657	
	1.724
7	
4.279	3.894
<u> </u>	2.211
<u> </u>	2.211
=	

1

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos	2.952	3.170
Provisão para férias e 13º salário	2.646	2.159
Participação nos resultados	90	3.132
Benefícios trabalhistas	2.560	<u>-</u> _
	8.248	8.461

19 - Demais passivos

31/12/2018	31/12/2017
440	6.825
113	329
553	7.154
	440 113

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 - Dividendos a pagar

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
(Prejuízo) lucro líquido do exercício Reserva legal - 5%	(33.289)	10.525 (526)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	(33.289)	9.999
Dividendo mínimo obrigatório - 25% Dividendos adicionais Pagamentos dividendos	- - -	2.500 11.105 (2.583)
Dividendos 2017 – ainda não pagos Dividendos propostos a pagar	11.022 11.022	11.022

21 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 90.000.

22 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 01 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral aprovou o aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 170.000, mediante a emissão de 469.294 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 19 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral aprovou o aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 40.000, mediante a emissão de 110.422 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os referidos atos, elevou o capital social da Companhia para R\$ 1.221.921.

Em 29 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral aprovou o protocolo de incorporação da TUF Empreendimentos e Participações S.A.

Em 05 de março de 2018, a, Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A. e incorporada pela Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.), alienou 640.535 de suas ações à Vale S.A, permanecendo com 39.758 ações na Ultrafértil.

O capital social da Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.221.921, representado por 3.975.309 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	Capital social em R\$	Ações ordinárias	Participação %
VLI Multimodal S.A.	1.012.814	3.295.016	82,89%
Vale S.A.	196.888	640.535	16,11%
Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A.)	12.219	39.758	1,00%
	1.221.921	3.975.309	100,00

(b) Reserva de capital

A reserva de capital refere-se ao registro do ágio, no montante de R\$ 315.962, originado da incorporação da TUF Empreendimentos e Participações S.A. no ano de 2017, uma vez que possui os fundamentos econômicos originais do ágio, devendo, mediante a Incorporação, ser destinada como reserva especial de ágio na incorporação, no grupo de reserva de capital da incorporadora.

(c) Dividendos

Os dividendos mínimos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os mesmos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

Em 28 de abril de 2017, a Assembleia Geral decidiu abdicar do direito ao recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2016 no montante de R\$ 12.553, para a constituição de reserva de lucros. Tal decisão visou garantir a preservação e manutenção do equilíbrio financeiro dos fluxos de investimentos a serem materializados em 2017 e 2018.

Em 01 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral decidiu pela:

- Rerratificação da destinação do resultado do exercício social de 31 de dezembro de 2012 e a data de pagamento. Os dividendos adicionais declarados à época, passaram de R\$ 21.611 para R\$ 8.006, devidos ao acionista Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A.) e com pagamento previsto para até 30 de novembro de 2017. A parcela de R\$ 13.605 foi destinada à conta de Reserva de Expansão.
- Aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 13.605, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2017, utilizando da reserva de expansão. Deste montante, R\$ 2.583 para pagamento até 28 de dezembro de 2017 e R\$ 11.022 para pagamento conforme disponibilidade de caixa, inclusive após encerramento do exercício de 2017. Como o dividendo mínimo apurado e proposto em 2017 no montante de R\$ 2.500 foi inferior ao aprovado em assembleia, a diferença no montante de R\$ 11.105 foi tratada como dividendos adicionais, utilizando a reserva de expansão.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018, R\$25.170 (2017 – R\$ 29.389) são referentes aos ajustes de reavaliação de ativos ("deemed cost") oriundos da TUF Empreendimentos e Participações S.A., objeto de incorporação reversa pela Ultrafértil, conforme descrito na Nota 1. Ao longo do exercício de 2018, R\$ 4.219 (2017 – R\$ 4.521) foram realizados para lucros acumulados.

Em 31 de dezembro de 2018, (R\$ 26.610) são referentes a perdas atuariais resultantes da variação no valor presente das obrigações de benefício definido da Companhia e em razão de mudanças no equilíbrio do plano de previdência complementar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período/exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro por ação.

Cálculo da média ponderada das ações	31/12/2018
Prejuízo do exercício (3.975.309 x 12/12)	(33.289) 3.975.309
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(0,84)
Cálculo da média ponderada das ações	31/12/2017
Lucro líquido do exercício (3.395.593 x 11/12 + 3.975.309 x 1/12)	10.525 3.443.903
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	3,05_

(f) Reservas legal e de expansão

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

23 - Receita líquida de serviços prestados

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta		
Receita de serviços portuários	387.538	274.211
Receita de serviços acessórios	34.522	16.598
	422.060	290.809
Descontos		
Devolução de vendas		(11.832)
	<u> </u>	(11.832)
Impostos sobre serviços		
ISS	(19.698)	(8.843)
PIS	(3.449)	(3.101)
COFINS	(15.960)	(14.961)
	(39.107)	(26.905)
Receita líquida dos serviços prestados	382.953	252.072

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 - Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(35.396)	(39.077)
Material	(7.313)	(6.225)
Combustíveis	(1.738)	(1.528)
Serviços contratados	(60.998)	(81.138)
Serviços de dragagem (i)	(82.017)	-
Depreciação e amortização	(89.058)	(68.434)
Tributos e taxas	(3.949)	(2.152)
Alugueis	(38.535)	(6.605)
Seguros	(2.543)	(2.723)
Utilities	(11.445)	(10.105)
Viagens	(515)	(836)
Outros	(977)	<u>-</u> _
	(334.484)	(218.823)

⁽i) Com a obtenção das licenças referente ao aumento do calado do canal Piaçaguera no terminal portuário do TIPLAM em abril de 2018, os custos referentes a dragagem e registrados como despesas antecipadas estão sendo apropriados ao resultado da Companhia

25 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(606)	(344)
Serviços contratados	(22)	(78)
Compartilhamento de gastos	(12.815)	(6.958)
Depreciação e amortização	-	(12)
Outros	(104)	(4)
	(13.547)	(7.396)

(b) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	3.029	360
Recuperação de despesas	375	15.167
Ganho com permuta de ativos	9.859	-
Receita com gerenciamento de dragagem (i)	-	40.440
Outros	15	16
	13.278	55.983
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(671)	(1.641)
Provisão para desvalorização de estoque	-	`1.82Ź
Outras operacionais	(1.182)	(6.644)
	(1.853)	(6.463)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.425	49.520

 Refere-se a conclusão do gerenciamento da obra de dragagem do canal de Piaçaguera em dezembro de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 - Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	5.251	3.858
Juros, taxa e multas de mora	443	74
Outras receitas financeiras	17	6
	5.711	3.938
Despesas financeiras		_
Despesas com IOF	(65)	(329)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(127.561)	(64.682)
Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos	(1.056)	(453)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(269)	(194)
Juros, taxas e multas	(14)	(502)
Outras despesas financeiras	(353)	(477)
	(129.318)	(66.637)
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial	(5.490)	3.082
Resultado financeiro	(129.097)	(59.617)

27 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda		
Provisão para devedores duvidosos	23	-
Provisão para processos judiciais	23	=
Outras	1.154	1.762
Prejuízo fiscal	35.320	
	36.520	1.762
Contribuição social		
Provisão para devedores duvidosos	8	-
Provisão para processos judiciais	8	-
Outras	416	634
Prejuízo fiscal	12.725	
	13.157	634
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos		
reconhecidos	49.677	2.396
Prejuízo fiscal para imposto de renda	141.279	-
Base negativa da contribuição social	141.391	-

A Companhia possui saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social). A Companhia possui expectativa de rentabilidade futura de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2018	31/12/2017
2018	_	2.396
2019	1.570	-
2020	6.894	_
2021	15.193	_
2022	19.801	-
2023	6.219	-
	49.677	2.396
Composição dos tributos diferidos passivos:		
_	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda		
Depreciação acelerada	(461)	(528)
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(9.534)	(11.131)
	(9.995)	(11.659)
Contribuição social		
Depreciação acelerada	(18)	(18)
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(3.433)	(4.008)
<u>-</u>	(3.451)	(4.026)
<u>-</u>	(13.446)	(15.685)
Créditos (débitos) fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos		
reconhecidos, líquidos	36.231	(13.289)
A expectativa de realização dos débitos, ocorrerá da seguinte forma:		
Ano	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	(2.614)
2019	(2.241)	(2.614)
2020	(2.241)	(2.614)
2021	(2.241)	(2.614)
2022	(2.241)	(2.614)
2023 em diante	(4.482)	(2.615)
	(13.446)	(15.685)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

		31/12/2018	31/12/20		
	Imposto de	Contribuição	•	Contribuição	
	renda	social	renda	social	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da					
contribuição social	(82.809)	(82.809)	15.732	15.732	
Adições (exclusões) permanentes:					
Multas não dedutíveis	10	10	210	210	
Despesas não dedutíveis	377	377	216	216	
Ágio por aquisição	(63.192)	(63.192)	-	-	
Outras	-	-	165	389	
Adições (exclusões) temporárias:					
(Reversão) constituição de provisão para contingências,					
liquida	92	92	31	31	
(Reversão) de provisão para perdas de materiais, liquida	-	-	(1.815)	(1.815)	
(Reversão) constituição de participação nos resultados,	(570)	(570)	2.422	0.400	
liquida Realização de <i>Deemed cost</i>	(572) 6.407	(572) 6.407	3.132 6.834	3.132 6.834	
(Reversão) constituição de outras provisões, liquida	(1.659)	(1.771)	(523)	(523)	
Constituição de perdas de créditos, liquida	67	67	24	24	
conomaryar at portate at the analysis in quita		<u> </u>			
Base de cálculo	(141.279)	(141.391)	24.006	24.230	
Prejuízo e base negativa do exercício	141.279	141.391	-	-	
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa					
Lucro real após prejuízo fiscal		<u>-</u>	24.006	24.230	
Importo de rende (250/) e contribuição esciel (00/)			(F.077)	(2.494)	
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	-	-	(5.977) 144	(2.181)	
r rograma de alimentação do trabalhador (r A1)			144	_	
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição					
social		-	(5.833)	(2.181)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.422	13.098	2.049	758	
Total da despesa de impostos das atividades	36.422	13.098	(3.784)	(1.423)	
Alíquota efetiva total	43,98%	15,82%	24,05%	9,05%	

28 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 - Benefícios a empregados

29.1- Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, "Grupo VLI") tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2018, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da Companhia neste período.

A implementação deste programa não obriga a Companhia a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir ao programa, deverá escolher a opção de investimento, em número de salários, específica para o seu nível hierárquico. O valor investido pelo executivo e a contrapartida efetuada pela Companhia, em percentual conforme a opção de investimento, são convertidos em ações virtuais denominadas de UVVs ("unidades de valor virtual"). A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo VLI. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Em 31 de dezembro de 2018, os incentivos de longo prazo montam a R\$ 439 (2017 - R\$ 2.323).

29.2- Planos de Previdência Privada

A Companhia, por intermédio da Fundação Petrobrás de Seguridade Social ("Petros"), mantém plano de suplementação dos benefícios prestados pela Previdência Social, em regime de benefícios definidos, para os funcionários admitidos até setembro de 1993.

Desde outubro de 2011, novo plano de previdência complementar entrou em vigor (Plano Vale Mais - VALIA) com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença), esse plano atende apenas os funcionários não atendidos pelo Plano Petros.

A Companhia, em conformidade com convenções trabalhistas mantidas com os sindicatos, proporciona benefícios pós-emprego envolvendo os planos de saúde e multa de FGTS. A Companhia constitui passivos inerentes a estes benefícios com base nos laudos atuariais emitidos por consultoria especializada.

(a) Contribuições

Em 31 de dezembro de 2018 esse plano de previdência possuía 4 participantes (5 participantes em 2017). No exercício de 2018, a Companhia contribuiu para a Petros com o montante de R\$ 576 (R\$ 55 em 2017).

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2018
Valor procesto dos obvigações financiados	F0.742
Valor presente das obrigações financiadas	50.713
Valor justo dos ativos do plano	(24.488)
	26.225

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018 o plano de previdência Vale Mais – VALIA, possuía 234 participantes (233 participantes em 2017).

Os desembolsos relacionados ao plano de contribuição variável no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 623 (2017 - R\$ 547).

(b) Principais premissas atuariais

	Plano de pensão Plano de pensão Vale Mais Petros		·				•		•		Outr	os Benefícios Multa FGTS
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017						
Principais premissas atuariais Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido												
Taxa nominal de desconto	9,24%	9,64%	9,24%	9,62%	9,08%	9,19%						
Taxa nominal de crescimento salarial	6,20%	6,34%	4,12%	4,18%	4,12%	3,83%						
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,12%	4,25%	4,12%	4,18%	4,12%	3,83%						
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,12%	4,25%	4,12%	4,18%	4,12%	3,83%						
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido												
Taxa nominal de desconto	9,64%	12,26%	9,62%	12,26%	9,19%	12,68%						
Taxa nominal de crescimento salarial	6,34%	8,12%	4,18%	6,00%	3,83%	6,00%						
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,25%	6,00%	4,18%	6,00%	3,83%	6,00%						
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,25% AT-2000	6,00%	4,18%	6,00%	3,83%	6,00%						
	Basic – Suav.	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000						
5. Tábua de mortalidade	10%	Basic	Basic	Basic	Basic	Basic						
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos												
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	19,5457	16,4494	16,4464	20,0456	20,0456						
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	41,5925	35,8969	35,8969	42,0920	42,0920						

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2018	31/12/2017
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo)		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(211)	1.187
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	238	473
3.Resultado obrigação do benefício definido	16.939	(1.343)
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(1.399)	(436)
5.Contribuição de participante	(867)	(92)
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	14.700	(211)

30 - Instrumentos financeiros

30.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros de mercado, (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito, operacional e risco de liquidez.

A Companhia não possuía exposição em instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da Ultrafértil, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são cotação do dólar no mercado externo, que acelera ou não a exportação por parte dos clientes da Companhia, bem como o comportamento das safras de grãos no mercado interno.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das commodities transportadas pelos nossos clientes podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria, de modo a reduzir em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía exposições denominadas em moedas estrangeiras oriundos das importações em andamento no montante de R\$ 74 (2017 – R\$ 4.080).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 5); cessão de recebíveis por fornecedores (Nota 15) e contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 16), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros.

O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

				31/12/2018
	Taxas ao final do			
Indexador	exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,40%	5,76%	5,12%	4,16%

	31/12/2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras	5.251	4.726	4.201	3.413

Passivos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (TJLP e IPCA). Financiamentos com juros préfixados não fazem parte desta análise.

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

				31/12/201
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	6,98%	7,68%	8,38%	9,42%
IPCA	3,75%	4.13%	4.50%	5,06%

	31/12/2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	b	112.191	122.390	137.689
Encargos Financeiros - IPCA	25.569	28.126	30.683	34.519

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (i)	49.550	21.535
Contas a receber de terceiros (ii)	16.780	7.252
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	13.783	19.185
Demais ativos e sinistros a recuperar	3.840	24.988
	83.953	72.960

 (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite máximo consolidado

Classificação de risco para aplicações em Reais	Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.
- (ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 91 (2017 - R\$ 24).

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da companhia não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanco consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2018:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	117.997	119.006	126.566	135.018	206.211	778.527	1.483.325

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e "rating" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (-) Caixa e equivalentes de caixa	1.472.437 (49.550)	1.382.900 (21.535)
Dívida líquida	1.422.887	1.361.365
	96,63%	98,44%

(d) Risco operacional

A Ultrafértil possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares	
Riscos operacionais	All risk	R\$ 300.000	
Transporte Internacional Importação	All risk	USD 8.000	
Riscos ambientais	All risk	R\$ 50.000	
EPL – Práticas trabalhistas indevidas	All risk	R\$ 10.000	
Responsabilidade civil de operador portuário	All risk	USD 50.000	
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	24 x Salário Base	
Vida em grupo	Estagiários	R\$ 13	

(e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2018	31/12/2017
Total passivo (-) Caixa e equivalentes de caixa	1.673.117 (49.550)	1.494.384 (21.535)
	1.623.567	1.472.849
Patrimônio líquido	1.697.572	1.757.471
	95,64%	83,80%

30.2 - Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

	Valor Contábil			Valor justo		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	Hierarquia	
Ativo						
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	49.550	21.535	49.550	21.535	Nível 2	
Contas a receber de clientes	16.689	7.228	16.689	7.228	Nível 2	
Contas receber partes relacionadas	13.783	19.185	13.783	19.185	Nível 2	
Demais ativos e sinistros a recuperar	3.840	24.988	3.840	24.988	Nível 2	
	83.862	72.936	83.862	72.936		
Passivo						
Custo amortizado						
Empréstimos, financiamentos	1.176.642	1.260.649	1.176.642	1.260.649	Nível 2	
Debêntures	295.795	122.251	295.795	122.251	Nível 2	
Fornecedores terceiros	43.742	39.419	43.742	39.419	Nível 2	
Fornecedores partes relacionadas	10.385	265	10.385	265	Nível 2	
Contas a pagar	5.577	21.050	5.577	21.050	Nível 2	
Dividendos a pagar	11.022	11.022	11.022	11.022	Nível 2	
	1.543.163	1.454.656	1.543.163	1.454.656		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração - Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Marcus Vinicius de Faria Penteado **Presidente**

Gustavo Serrão Chaves Ivan Malekzadeh Fadel Vitor Ribeiro Vieira Fabiano Bodanezi Lorenzi Alberto Gomez Afonso Conselheiros

Pedro de Campos Azevedo Leandro Fulgêncio Vieira Angelo Henrique Rodrigues Stradioto Bruno Prestes Neto **Suplentes**

Diretoria

Leopoldo José Gimenez **Diretor-Presidente**

Igor Bretas de Figueiredo **Diretor**

Ivan Malekzadeh Fadel **Diretor**

Márcia Mara Chaves Resende Gerente de Contabilidade – CRC-MG 078483/O-8

Honorio Elias de Araujo
Contador - CRC-MG 076836/O-0